

Ajuste ou ruptura: cabe à Nação escolher

economia Brasil

Rinaldo Campos Soares *

A estabilidade monetária dos últimos cinco anos, que se iniciou em fevereiro de 1994 com a criação da URV, fortalecendo-se a partir do final de junho daquele ano com a criação do Real, passa agora por um teste crucial. No período de 1994/98 vivemos um processo de estabilização induzida. Mas, de agora em diante, sua continuidade dependerá, em proporções provavelmente iguais, tanto da capacidade de gestão macroeconômica do governo quanto das atitudes da sociedade como um todo.

A Nação agora escolherá entre o ajuste e a ruptura. E a Nação somos todos. Poderes constituídos e oposições que aspiram ao poder.

Como este, foram raros os momentos da formação econômica do País em que escolhas de conteúdo histórico e de implicações estratégicas dependeram tanto do poder discricionário quanto da atitude espontânea. O ajuste que sedimentará a estabilização duradoura ou o des controle que poderá desaguar numa crise social

dependerão agora de uma grande rede de negociações. Estas se estabelecerão em cada ponto de cada uma das cadeias produtivas. A cada dia, milhões de transações econômicas, resultantes de entrelaços de interesses, estarão definindo como a

Nação é, qual a sua ambição estratégica, como será o seu futuro imediato.

Pelo último censo, o de 1990, os cidadãos se aglutinam economicamente em mais de 38 milhões de unidades familiares. Somam 5,8 milhões de empreendimentos rurais. No setor industrial, extrativo mineral, de transformação e de construção, são mais de 220 mil empresas. E no setor de serviços são mais de 1,1 milhão de unidades produtoras estabelecidas. Pois em cada ponto de união que define a rede das relações econômicas entre esses milhões de agentes estará sendo redefinida, a cada dia, uma nova estrutura de preços, desencadeada pela crise cambial deflagrada em janeiro. A nova estrutura deveria refletir o justo impacto da mudança de patamar do câmbio. Mas se prevalecerem pressões de alta, imoderadas e não justificadas, então estaremos diante de uma nova onda de remar-

A estabilização monetária praticamente anulou a aversão do público à retenção da moeda nacional

cações, possivelmente explosiva, de curta duração, mas de efeitos devastadores. A escolha da Nação terá sido, então, por um caminho que levará à ruptura do equilíbrio econômico, não se descartando descontinuidades de outra ordem, inclusive político-institucionais.

Os últimos cinco anos de estabilidade induzida trouxeram benefícios visíveis, que alcançaram a Nação co-

mo um todo. Estes se estenderam sobre o setor financeiro da economia, sobre o setor real e sobre as condições e as atitudes sociais. No setor financeiro, a estabilização monetária levou à remonetização e à redução da velocidade de circulação da moeda, praticamente anulando a aversão do público à retenção da moeda nacional. Ainda neste setor, a fuga de recursos para mercados externos foi desencorajada e as operações ativas e passivas do sistema financeiro ampliaram-se quanto a categorias e a prazos. No setor produtivo, ampliaram-se os estímulos ao trabalho e à produção, expandiram-se os investimentos, restabeleceu-se a capacidade de planejamento dos agentes econômicos e o sistema de preços recuperou seu papel orientador. No âmbito social, os conflitos interclasses tornaram-se menos acirrados, recuperando-se valores de alta importância social, com a regressão do imediatismo, do oportunismo e do ganho fácil. E o mais importante efeito foi a acomodação da estrutura de preços a padrões mundiais, ampliando o acesso da população de baixa renda a uma ampla variedade de bens finais de consumo, de subsistência e de uso durável, com alto conteúdo tecnológico. A pobreza absoluta regrediu: 12 milhões de novos consumidores tiveram acesso ao mercado de produtos. A exclusão social, embora ainda alta, encolheu com a es-

tabilização. O imposto inflacionário que atingia mais a baixa renda que a alta recuou praticamente a zero.

A Nação não desconhece que a esses inquestionáveis benefícios corresponderam custos sociais também elevados. Os principais foram a expansão da dívida pública interna, a expansão do déficit em transações correntes no balanço internacional de pagamentos e a redução da velocidade de crescimento, atribuível em grande parte à política monetária austera fundamentada em juros reais altos e episodicamente exorbitados.

A abertura da economia ao produto importado fez parte da arquitetura da estabilização, revertendo de megassuperávits para megadéficits os saldos da balança comercial. Mas os impactos dessa onerosa inversão foram positivos: primeiro, pelo efeito demonstração exercido pelos preços baixos e competitivos dos importados, conduzindo a esforços internos de redução de custos repassáveis ao consumidor; segundo, pelo abastecimento de segmentos de mercado que se expandiram na direção das populações de baixa renda, com os ganhos do fim do imposto inflacionário. Esses benefícios são difíceis de se quantificar, mas os custos saltaram à vista: um déficit comercial de R\$ 24 bilhões entre 1995/98.

Como a este déficit se somou o de serviços, também expandido pela

maior inserção global do País, acumulando um déficit em transações correntes, nos cinco anos do Real, da ordem de US\$ 112 bilhões. Em relação ao PIB, esse déficit pulou de 0,4% para 4,6%. Em contrapartida, atraímos capitais mais do que compensatórios, tanto os de interesse estratégico, que investiram pesado no Brasil economicamente reordenado, quanto os que vieram atraídos pelos juros resultantes da austeridade monetária. A conta, porém, ficou com o setor público, principal tomador dos recursos voláteis, exigidos para cobrir um déficit fiscal de nova natureza, resultante também do fim do imposto inflacionário. Consequentemente, a dívida pública interna, em grande parte carregada por agentes externos, saltou de R\$ 61 bilhões para R\$ 380 bilhões entre 1994/98.

Pois foram esses dois custos sociais que levaram ao desequilíbrio das contas do setor público e, por esta via, à ruptura da confiança de um segmento específico de agentes externos da saúde da economia brasileira: o da especulação financeira. O resultado foi a reconversão dos ativos expressos em reais para o dólar. E, conseqüentemente, à elevação abrupta da relação cambial entre o real e as divisas fortes de curso internacional.

Se a Nação, todavia, optar agora por ajustes convergentes para a esta-

bilização, esta, seguramente, será a mais consistente das já vividas no Brasil. Pois ajustes à nova ordem cambial são justificáveis, até para preservar a saúde do próprio sistema produtivo. Mas que sejam ajustes relativos ao baixo coeficiente entre o PIB,

as importações de matérias-primas, componentes, petróleo e bens de consumo de subsistência: um coeficiente que não chega a 4% (US\$ 28 bilhões em re-

lação a US\$ 800 bilhões).

Pelos efeitos em cadeia dos ajustes decorrentes do câmbio e pelos acréscimos em custos transacionais decorrentes da expansão de tributos incidentes em cascata, a estrutura de preços não será mais a mesma e o patamar dos preços será também outro. Mas, desde que movida estritamente pelas novas condições cambiais, a nova estrutura haverá de ser assimétrica, justificável e não-recorrente. Em uma única expressão: autotocida.

Mas, se os motivos dominantes forem economicamente injustificáveis, os agentes econômicos estarão optando pelo aproveitamento de um momento crítico para ganhos insustentáveis. A opção não será pelo ajuste reestabilizante, mas pela ruptura.

Por isso mesmo, o momento é singular, histórico, estratégico. Cabe à Nação escolher. ■

* Presidente da Usiminas.

